

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Brasil****CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO****Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014****CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Nº 0000000959193**

20240000959193

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s): totalizando 1 RRTs

DADOS DO PROFISSIONAL

Profissional: RICARDO DINIZ ALMEIDA

Título do Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

Data de obtenção do título: 23/12/2005

Registro Nacional: 000A473030

Data de Registro: 30/03/2006

Validade: Indefinida

ANOTAÇÃO DE CURSO

- Nenhum curso anotado.

DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 7562045

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 08/09/2023

Forma de registro: RETIFICADOR à 7562045

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição:

Adequação de ambiente para revitalização do Teatro Cultural Banco do Brasil no Edifício Tancredo Neves - CCBB

Empresa contratada: CONSTRUTORA DINIZ ALMEIDA LTDA.
CNPJ: 02.270.280/0001-83**DADOS DO CONTRATO**Contratante: BANCO DO BRASIL S.A
CPF/CNPJ: 00000000583944

QUADRA CSG 3

Nº 32

Complemento: 14º ANDAR

Cidade: TAGUATINGA

Bairro: TAGUATINGA SUL

UF: DF

CEP: 72035503

Contrato: 2018 7421 9357

Celebrado em 19/10/2018

Valor do contrato: R\$ 1.624.187,05

Tipo do Contratante:

Data de Início: 20/10/2018

Data de Fim: 2019-06-14

ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

2.4.2 - Execução de reforma de interiores , 1580 m²;

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

TRECHO SCES TRECHO 2

Nº 22

Complemento: Ed. Tancredo Neves_ Teatro Cultural

Cidade: BRASÍLIA

Bairro: ASA SUL

UF: DF

CEP: 70200002

Coordenadas Geográficas: 0 0

DESCRIÇÃO

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Brasil****CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**Nº 0000000959193**

2024000959193

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade e será anulada, caso ocorra alterações das informações constantes do Atestado registrado ou do RRT vinculado ou caso sejam constatadas que são inverídicas as informações constantes do RRT, do atestado ou do requerimento da certidão.

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 14.133/2021, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

- CONSIDERANDO A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SERÃO CONSIDERADAS AS DATAS ANOTADAS NO RRT.

CAT-A VÁLIDA PARA OS SERVIÇOS DESCRITOS NO ATESTADO QUE CONSTAM NO RRT, QUE SÃO ATRIBUIÇÕES DOS ARQUITETOS E URBANISTAS.

Certidão nº 959193/2024

Expedida em 13/09/2024 12:09:00, BRASÍLIA/DF, CAU/DF

Chave de Impressão: 66666D5Z9Z273Z74CCD3

ATESTADO TÉCNICO
SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Atestamos, para fins de comprovação da realização de atividade técnica, que os profissionais SEBASTIÃO ERCILIO MACHADO RENNO, Engenheiro Civil, CREA 45513/D-MG, TADEU CASTRO DA SILVA, Engenheiro Mecânico, CREA 16199/D-DF e RICARDO DINIZ ALMEIRA, Arquiteto, CAU-DF 000A473030, como Responsáveis Técnicos pela empresa **CONSTRUTORA DINIZ ALMEIDA LTDA, CNPJ 02.270.280/0001-83**, prestou ao Banco do Brasil S.A. os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

DADOS DA OBRA OU SERVIÇO	
1. CONTRATO Nº: 2018.7421.9357	
2. OBJETO DO CONTRATO: Adequação de ambiente para revitalização do Teatro Cultural Banco do Brasil – DF, de acordo com as condições e especificações definidas no edital e conforme Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA na licitação, a ser feita pela contratada no imóvel, na cidade de Brasília – DF.	
3. EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA DINIZ ALMEIDA LTDA, com sede no Setor SAAN, Quadra 03, Lote 1060, Zona Industrial, Brasília (DF) – CEP: 70.632-320.	
4. CONTRATANTE DOS SERVIÇOS: Banco do Brasil S.A., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o Nº 00.000.000/0001-91.	
5. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 20/10/2018 a 04/09/2019	
6. PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – ARTs 0720180071356 / 0720180071418 / RRT 7562045: 7. 20/10/2018 a 06/06/2019	
8. ENDEREÇO DA OBRA OU SERVIÇO: Dependência: 9902-3/00 – CCBB Brasília – DF. Ed. Tancredo Neves, SCES, TR. 02, LT. 22, Brasília – DF. CEP: 70.200-002. CNPJ: 00.000.000/5374-03.	

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS			
ARTs Nº: 0720180071356 / 0720180071418 RRT Nº 7562045			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID.
1	PRELIMINARES		



1.3	Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - Obra acima de R\$15.000,01	3,00	un
2	IMPLANTAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO		
2.3	ADMINISTRAÇÃO de obra grande porte para obras acima de 120 dias (mínimo de 3 horas de engenheiro por dia)	90,00	dia
2.5	ADMINISTRAÇÃO de obra (dia de mestre de obras)	90,00	dia
2.6	PLACA indicativa da obra	3,40	m²
2.7	ABRIGO provisório de madeira para alojamento e/ou depósito de materiais e ferramentas	28,30	m²
2.8	ANDAIME tipo torre metálico (1,5 x 1,5 m) - montagem e desmontagem	120,00	mxmês
2.33	REMOÇÃO / Remanejamento de PLACA aérea	33,00	un
2.34	REMOÇÃO de aparelho de iluminação (luminárias) ou projetor fixo em teto, piso ou parede	170,00	un
2.35	REMOÇÃO de barras de apoio existentes		un
2.36	REMOÇÃO de entulho com caçamba metálica, inclusive transporte, carga e descarga - Material de descarte LEVE (gesso, fibra têxtil, piso vinílico, revestimentos acústicos, dutos de ar-condicionado, entre outros)	50,00	m³
2.37	REMOÇÃO de entulho com caçamba metálica, inclusive transporte, carga e descarga - Material de descarte PESADO (alvenaria, estruturas metálicas, madeiramento, revestimentos cerâmicos, entre outros)	10,00	m³
2.38	REMOÇÃO de fita de piso (inclusive limpeza)	131,70	m
2.40	REMOÇÃO de revestimento de piso de carpete têxtil	535,00	m²
2.45	RETIRADA de batente, corrimão ou peças lineares metálicas	65,60	m
2.47	RETIRADA de divisória de VIDRO TEMPERADO	58,90	m²
2.49	RETIRADA de divisórias em PLACAS de madeira ou fibrocimento com montantes metálicos	1022,00	m²
2.52	RETIRADA de esquadria em vidro	79,00	m²
2.55	RETIRADA de forro em placas ou tiras fixadas	268,40	m²
2.56	RETIRADA de guarda-corpo ou gradil em geral	68,40	m²
2.62	RETIRADA de rodapé inclusive cordão em madeira	118,30	m
2.65	TAPUME de chapa de madeira compensada, inclusive montagem - madeira compensada resinada e=6 mm	60,00	m²
2.66	TRANSPORTE com veículo comercial leve até 0,50 ton, incluindo carga e descarga (com mão de obra e equipamentos) quando solicitado pelo Banco do Brasil a movimentação de materiais para outra localidade	380,00	km
2.67	DEMOLIÇÃO de pisos em geral, inclusive camada/base de assentamento	219,40	m²
9	TRATAMENTO TÉRMICO E ACÚSTICO		
9.3	LÃ de PET, cor preta, 1200 x 600 x 50, densidade 30 KG/M²	676,00	m²
10	PAVIMENTAÇÃO		
10.5	CHAPA americana para acabamento de carpete	160,00	m²
10.43	REGULARIZAÇÃO de piso com PVA para instalação de carpetes e pisos vinílicos	450,00	m²
10.46	RODAPÉ de madeira de 7 cm de altura	148,00	m
10.68	CARPETE em placas, ref. Mannington, cor Scaffold ou similar	450,00	m²
11	REVESTIMENTOS		
11.10	LÂMINA DE MADEIRA pré-composta Tipo Cherry (linha Alpi), Marca Sayerlack ou ref. SLC-106/CEC, Tipo Cedro Catedral, Marca Selectas ou similar, ambas com verniz 5%brilho, colada com cascorez extra à base de água	212,00	m²

Atestado – Execução Obras Serviço Engenharia – JULHO/2024 – CONTRATO: 2018.7421.9357 - Página 2 de 8

RUA DA BAHIA, 2500 – LOURDES – BELO HORIZONTE (MG) – CEP: 30160-019

cesup.fornecedores@bb.com.br



12	DIVISÓRIAS, FORROS E PISOS FALSOS		
12.1	DIVISÓRIA de gesso acartonado	1917,00	m²
12.6	FORRO de fibra mineral, 625 x 625 mm - Ref: Linha Cirrus (Armstrong) ou Thermo Acoustic (Knauf) ou similar.	449,50	m²
12.7	FORRO DE GESSO acartonado fixo, monolítico, aparafusado em perfis metálicos espaçados a 60 cm, suspensos por pendurais rígidos reguláveis, espaçados a cada 1,00 m (espessura: 12,5 mm)	755,00	m²
12.10	PLACAS acústicas planas, retangulares 1,20x2,00m, incluso acessórios e mão-de-obra necessária para a montagem e fixação das placas. - Ref. Sistema Sonic Sky da AMF ou similar.	1167,50	m²
13	CARPINTARIA / MARCENARIA		
13.1	ARMÁRIO SOB MEDIDA EM CHAPA DE MDF REVESTIDA COM LAMINADO MELAMÍNICO EM AMBAS AS FACES, COM PORTAS, PRATELEIRAS, GAVETAS E FERRAGENS	26,10	m²
13.2	REMANEJAMENTO de mobiliário na dependência, sem desmontagem	308,00	un
13.19	PORTA de madeira completa de 0,90 x 2,10 m com batentes e as duas faces revestidas com laminado melamínico	29,00	un
14	SERRALHERIA		
14.18	CHAPA metálica inox, cortada, 400 x 900 mm, p/ portas de sanitários de deficiente	2,00	un
14.20	CORRIMÃO tubular duplo em AÇO INOX diâmetro Ø=1 1/2", soldado em pilaretes de aço inox de Ø=1 1/2", fixado no piso	68,00	m
15	FERRAGENS		
15.2	FERRAGEM completa para porta de madeira (com 3 dobradiças)	29,00	cj
15.3	MOLA AÉREA (referência: fabricante Dorma - modelo MA200)	29,00	un
16	VIDRAÇARIA		
16.8	PERFIL "U" em alumínio anodizado, abas iguais, seção 15,00x25,00 mm, ref. PU329 (0,268 Kg/m), para instalação de VIDRO TEMPERADO	28,00	m
16.17	VIDRO TEMPERADO incolor 10 mm colocado em caixilho com gaxeta de Neoprene	60,00	m²
17	PINTURA		
17.2	PINTURA com tinta acrílica em paredes, duas demãos, sem emassamento (não inclui LIXAMENTO e APLICAÇÃO de líquido selador)	1930,00	m²
17.5	EMASSAMENTO de parede interna com massa corrida a base de PVA com duas demãos para PINTURA látex	965,00	m²
17.12	PINTURA COM TINTA ESMALTE sintético em estrutura metálica com duas demãos	208,00	m²
19	INST. ELÉTRICAS, TELEC. E INFORMÁTICA		
19.2	ARAME GUIA galvanizado, # 18	12,00	kg
19.3	Acionador manual de alarme de incêndio endereçável, tipo "Quebre o vidro"	2,00	un
19.21	CABO COAXIAL 75 ohms - RG-6, diâmetro central do condutor integral em cobre eletrolítico, blindagem de cobre com 95% de cobertura, impedância nominal de 75 ohms, capa de PVC antipropagante de chamas, dielétrico de polietileno. Ref. RFS-kmP, CABLETECH ou equivalente.	1080,00	m
19.25	CABO de cobre de 3x1,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação EPR 90°C	460,00	m
19.26	CABO de cobre de 3x2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação EPR 90°C	210,00	m
19.33	CABO HDMI X HDMI versão 1.4 blindado 10,0 m.	47,00	un



19.34	CABO HDMI X HDMI versão 1.4 blindado 2,0 m.	12,00	un
19.35	CABO HDMI X HDMI versão 1.4 blindado 20,0 m.	56,00	un
19.53	CABO isolado em PVC seção 2,5 mm ² - 750 V - 70°C - flexível	9000,00	m
19.54	CABO isolado em PVC seção 25 mm ² - 750 V - 70°C - flexível	270,00	m
19.75	CABO UTP , CATEGORIA 6 , 4 PARES	3200,00	m
19.76	CAIXA de embutir em PVC para paredes de gesso acartonado, 4 x 2"	60,00	un
19.77	CAIXA de embutir em PVC para paredes de gesso acartonado, 4 x 4"	32,00	un
19.92	CAIXA de passagem em chapa de aço com tampa parafusada, dimensões 152 x 152 x 82 mm	8,00	un
19.93	CAIXA de passagem em chapa de aço com tampa parafusada, dimensões 202 x 202 x 102 mm	6,00	un
19.109	CERTIFICAÇÃO de fibra óptica		un
19.110	Certificação de ponto lógico com penta scanner e emissão de relatório CAT 5E e CAT 6	32,00	un
19.119	CONDULETE em liga de alumínio fundido tipo "X" Ø 1"	60,00	un
19.120	CONDULETE em liga de alumínio fundido tipo "X" Ø 2 1/2"	10,00	un
19.129	CONECTOR para CABO coaxial RG 59U, macho (incluso o fornecimento e instalação de CONECTOR terminal, tipo BNC macho da WF, KLC, Amphenol, Kono, ou kmP, ou equivalente, montagem "crimp" com pino fixo)	25,00	un
19.130	CONECTOR RJ45 macho - CAT 6	32,00	un
19.209	ELETROCALHA PERFURADA galvanizada a fogo, 300x100mm, inclusive conexões e acessórios	340,00	m
19.213	ELETRODUTO DE AÇO carbono com costura galvanizado a fogo, inclusive conexões e acessórios, Ø 25 mm 1"	520,00	m
19.216	ELETRODUTO DE AÇO carbono com costura galvanizado a fogo, inclusive conexões e acessórios, Ø 50 mm 2"		m
19.217	ELETRODUTO DE AÇO carbono com costura galvanizado a fogo, inclusive conexões e acessórios, Ø 65 mm 2 1/2"	120,00	m
19.229	ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 32 MM (1"), TIPO SEALTUBO, INCLUSIVE CONEXÕES E ACESSÓRIOS	390,00	m
19.239	FITA com Led (LEDLINE) - Voltagem: 12Volts DC / Cor do Led: branco quente ou branco frio / Ref.: SMD da via luz	564,00	m
19.240	FONTE para fita Led (LEDLINE) - Potência: 10A / Com entrada 110V e/ou 220v e saída 12Volts DC / Capacidade para acionamento de até 5m de fita Led - Ref.: LEDLINE da via luz	11,00	un
19.245	Identificação de condutores (três anilhas)	300,00	un
19.270	INTERRUPTOR, duas teclas simples 10 A - 250 V	4,00	un
19.272	INTERRUPTOR, três teclas simples 10 A - 250 V	3,00	un
19.276	INTERRUPTOR, uma tecla simples 10 A - 250 V	4,00	un
19.322	LUMINÁRIA emergência 30 leds de alto brilho com acendimento automático - Autonomia mínima de 3h - Ref. TLE 05 Taschibra	8,00	un
19.323	LUMINÁRIA para balizamento ou aclaramento de sobrepor completa com lâmpada fluorescente compacta de 9 W	178,00	un
19.338	PATCH CORD comprimento 2,5m, montado e testado em fábrica, Categoria 6, com CABO UTP extra-flexível e CONECTOR modular RJ45-macho em ambas extremidades, pinagem T568A - TLM	32,00	un
19.341	PATCH PANEL de 48 portas - categoria 6	1,00	un



19.342	PERFILADO LISO em chapa de aço, dimensões 38 x 38 mm, inclusive conexões e acessórios	420,00	m
19.344	PLUG FEMEA p/ luminárias (2P + T)	190,00	un
19.345	PLUG MACHO p/ luminárias (2P + T)	190,00	un
19.348	PRENSA CABO com rosca 3/4pol	190,00	un
19.373	RETIRADA de cabos UTP - Até 8 cabos	43,00	un
19.375	SENSOR de presença para iluminação	12,00	un
19.381	SUPORTE para LUMINÁRIA em chapa de aço longo, para perfilado	190,00	un
19.392	TAMPA de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 300mm	240,00	m
19.413	TOMADA 2P+T, 10A / 20 A 250V, completa - ref. 054343 da Piel Legrand ou equivalente	60,00	un
19.415	TOMADA DE LÓGICA, tipo Keystone, RJ 45 - 6	32,00	un
19.419	CABO HDMI X HDMI versão 1.4 blindado 15,0 m.	40,00	un
19.420	CABO VGA (ponto micro no piso ao projetor), com conectores (25m)	22,00	un
19.421	CONECTOR para CABO coaxial RG 59U, fêmea (incluso o fornecimento e instalação de CONECTOR terminal, tipo BNC fêmea da WF, KLC, Amphenol, Kono, ou kmP, ou equivalente, montagem "crimp" com pino fixo)	110,00	un
19.422	CONECTOR para CABO coaxial RG 59U, macho (incluso o fornecimento e instalação de CONECTOR terminal, tipo BNC macho da WF, KLC, Amphenol, Kono, ou kmP, ou equivalente, montagem "crimp" com pino fixo)	110,00	un
19.428	Divisor de sinal VGA (1 entrada/4 saídas) – fornecimento e instalação	5,00	un
19.429	Divisor de sinal HDMI (1 entrada/4 saídas) – fornecimento e instalação	5,00	un
21	INSTALAÇÕES CONTRA INCÊNDIO		
21.1	ABRIGO de HIDRANTE de 1 1/2" completo - inclusive MANGUEIRA TIPO 2 de 30 m (2 x 15 m)	1,00	un
21.6	ADAPTADOR de engate rápido em latão de 2 1/2" x 1 1/2"	1,00	un
21.10	BICO de sprinkler cromado pendente com rompimento de ampola a 68°C - 15 mm	21,00	un
21.13	CHAVE para conexão de engate rápido tipo STORZ (dupla)	1,00	un
21.14	DESTRAVADOR MAGNÉTICO (Eletroímã), para portas corta-fogo de 24 Vcc	1,00	un
21.15	ESGUICHO latão com engate rápido, DN = 1 1/2", jato regulável	1,00	un
21.28	HIDRANTE com REGISTRO globo angular 45°, Ø 65 mm (2 1/2")	1,00	un
21.40	DETECTOR Ótico de fumaça endereçável, com base	12,00	un
21.41	DETECTOR termovelocimétrico endereçável	2,00	un
21.42	REMANEJAMENTO DE SPRINKLER, incluso material	5,00	un
26	INSTALAÇÕES DE AR COND., VENT. E AQUECIMENTO		
26.24	Difusor de insuflamento de ar de alumínio, redondo, com caixa plenum e registro - D = 300 mm - Ref. TROX ADLR-AK-TG-M T2	16,00	un
26.46	Grelha de retorno de ar de alumínio, de porta, aletas horizontais fixas em V e contra-moldura - LxH 1225x525 mm - Ref. TROX AGS-T	22,00	un
26.116	Colarinho em chapa de aço galvanizado, sem registro - D = 300 mm (12") - Ref. Multivac	16,00	un
26.127	ISOLAMENTO TERMICO com manta de lã de vidro aluminizada, espessura 50 mm, Ref. Multivac ISOFLEX RT 1.3	147,00	m²
26.132	Duto flexível com isolamento térmico e acústico de lã de vidro de 25 mm - D = 250 mm (10") - Ref. Multivac Sonodec 25		m
26.133	Duto flexível com isolamento térmico e acústico de lã de vidro de 25 mm - D = 300 mm (12") - Ref. Multivac Sonodec 25	118,00	m

Atestado – Execução Obras Serviço Engenharia – JULHO/2024 – CONTRATO: 2018.7421.9357 – Página 5 de 8
RUA DA BAHIA, 2500 – LOURDES – BELO HORIZONTE (MG) – CEP: 30160-019
cesup.fornecedores@bb.com.br



Certidão nº 959193/2024 - 13/09/2024 12:09:00, 08:48 - Chave de Impressão: 66666D5Z9Z273Z74CCD3
O atestado neste ato registrado foi emitido em 13/09/2024 12:09:00, e contém 47 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 959193, emitida em 13/09/2024 12:09:00

26.200	Tubo de aço carbono galvanizado, laminado sem costura, SCH 40, extremidades com rosca BSP, com conexões - 1" - Ref. Mannesmann	122,00	m
26.204	Tubo de aço carbono galvanizado, laminado sem costura, SCH 40, extremidades com rosca BSP, com conexões - 2.1/2" - Ref. Mannesmann	36,00	m
26.205	Tubo de aço carbono galvanizado, laminado sem costura, SCH 40, extremidades com rosca BSP, com conexões - 3/4" - Ref. Mannesmann	96,00	m
26.259	Remoção de aparelho condicionador de ar, tipo split (unidade condensadora)	2,00	un
26.260	Remoção de aparelho condicionador de ar, tipo split (unidade evaporadora)	2,00	un
26.262	Fita adesiva metalizada - rolo de 50 m x 48 mm - Ref. Multivac	35,00	un
29	DIVERSOS		
29.19	PERSIANA manual REF.: linha Sheerweave 4005 da unIFLEX, linha Thermoscreen 3003 da unIFLEX; linha Duette da Luxaflex ou similar	66,00	m²
29.61	SINALIZAÇÃO tátil de corrimão - anel de borracha	61,00	un
30	LIMPEZA E VERIFICAÇÃO FINAL		
30.6	LIMPEZA e verificação final	1580,00	m²
30.7	LIMPEZA permanente - prédio desocupado	90,00	DIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO	
1.	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: <ul style="list-style-type: none">SEBASTIÃO ERCILIO MACHADO RENNO, Engenheiro Civil, CREA 45513/D-MGTADEU CASTRO DA SILVA, Engenheiro Mecânico, CREA 16199/D-DFRICARDO DINIZ ALMEIRA, Arquiteto, CAU-DF 000A473030
2.	NÍVEL DE ATUAÇÃO: Execução
3.	PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO NOS SERVIÇOS: 17/05/2019 a 06/06/2019.
4.	ATIVIDADES QUE EFETIVAMENTE DESENVOLVEU: <ul style="list-style-type: none">Adequação de ambiente para revitalização do Teatro Cultural Banco do Brasil – DF

ANOTAÇÕES CADASTRAIS DO FORNECEDOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO	DETALHAMENTO
2020/194122 (7417)	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.3530; Sanção aplicada: Advertência; Cláusulas descumpridas: Cláusula Quinta (Caput e Parágrafo Segundo) do contrato nº 2020.7421.3530 Fundamento Legal: Artigo 83 incisos II e III da Lei nº 13.303/16 e na Cláusula Oitava (Parágrafo Oitavo) e Cláusula Décima Sexta (Caput) do contrato em epígrafe, Itens 14.1.2, 14.1.2.1, 14.1.2.2 e 14.1.3 (Alínea "f") do Edital da Licitação Eletrônica nº2018/02777(7421).
2021/206722	

Atestado – Execução Obras Serviço Engenharia – JULHO/2024 – CONTRATO: 2018.7421.9357 - Página 6 de 8
RUA DA BAHIA, 2500 – LOURDES – BELO HORIZONTE (MG) – CEP: 30160-019
cesup.fornecedores@bb.com.br



	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.3947; Sanção aplicada: Advertência; Cláusulas descumpridas: Cláusula Décima Oitava do contrato Nº 2020.7421.3947 Fundamento Legal: Artigo 83, inciso I da Lei nº 13.303/16 e na Cláusula Trigésima Terceira, itens “a” e “b” do contrato
2021/206721	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.4085; Sanção aplicada: Advertência; Cláusulas descumpridas: Cláusula Décima Oitava do contrato nº 2020.7421.4085 Fundamento Legal: Artigo 83, inciso I da Lei nº 13.303/16 e na Cláusula Trigésima Terceira, itens “a” e “b” do contrato.
2021/227409 (7417)	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.3976; Sanção aplicada: Multa; Cláusulas descumpridas: Sexta e Sétima; Fundamento Legal: Artigo 82 da Lei nº 13.303/16
2021/226577 (7417)	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.4378; Sanção aplicada: Multa; Cláusulas descumpridas: Primeira, Segunda e Sexta; Fundamento Legal: Artigo 83, Inciso II, da Lei nº 13.303/16.
2021/218982	Status do processo: Concluído Nº do Contrato: 2019.7417.0955; Sanção aplicada: Multa; Cláusulas descumpridas: Cláusula Sétima do contrato nº 2019.7417.0955 Fundamento Legal: Artigo 82 da Lei nº 13.303/16 e nas Cláusulas Trigésima Quarta, Caput e Parágrafo Segundo do contrato.
2021/213729 (7417)	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.1547; Sanção aplicada: Multa; Cláusulas descumpridas: Sexta e Sétima; Fundamento Legal: Artigo 82 da Lei nº 13.303/16.
2021/204246 (7417)	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.3715; Sanção aplicada: Multa; Cláusulas descumpridas: Cláusula Sétima do contrato nº 2020.7421.3715 Fundamento Legal: no artigo 82 da Lei 13.303/16 e na Cláusula Trigésima Segunda, Alínea “b” e Cláusula Trigésima Quarta (Caput e Parágrafo Segundo) do contrato.
2021/213523 (7417)	Status do processo: Concluído;



Certidão nº 959193/2024 - 13/09/2024 12:09:00, 08:48 - Chave de Impressão: 66666D5Z9Z73Z74CCD3
O atestado neste ato registrado foi emitido em 13/09/2024 12:09:00, e contém 47 folhas


Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil,
vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 959193, emitida em 13/09/2024
12:09:00

	Nº do Contrato: 2020.7421.1084; Sanção aplicada: Multa; Cláusulas descumpridas: Sexta e Sétima; Fundamento Legal: Artigo 82 da Lei nº 13.303/16
2021/213508 (7417)	Status do processo: Concluído; Nº do Contrato: 2020.7421.1130; Sanção aplicada: Multa; Cláusulas descumpridas: Sexta e Sétima; Fundamento Legal: Artigo 82 da Lei nº 13.303/16.

Belo Horizonte, 04 de setembro de 2024.

Vladimir Mourão Guimarães Gomes
Gerente de Área

Fabricia Santiago Garcia
Assessora de Engenharia

Marco Aurelio Pereira Vasconcelos
Gerente de Setor

Rafaella Belisario Avidago
Fiscal de Contratos

Certidão nº 959193/2024 - 13/09/2024 12:09:00, 08:48 - Chave de Impressão: 66666D5Z9Z273Z74CCD3
O atestado neste ato registrado foi emitido em 13/09/2024 12:09:00, e contém 47 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil,
vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 959193, emitida em 13/09/2024
12:09:00





CONTRATO Nº 2018.7421.9357, DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) DECORRENTE DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº **2017/4109**, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **201874213281**, REALIZADA EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 13.303, DE 30.06.2016, E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO **BANCO DO BRASIL S.A.** (WWW.BB.COM.BR), EM 03.07.2017, QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO, O BANCO DO BRASIL S.A., SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 00.000.000/0001-91, ADIANTE DENOMINADO **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO PELOS ADMINISTRADORES DO CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES - SÃO PAULO, CNPJ 00.000.000/5839-44, SITUADO À AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 32, 14º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO (SP), CEP 01036-900, NO FINAL QUALIFICADOS E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA **RICARDO DINIZ ALMEIDA**, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 02.270.280/0001-83, COM SEDE NO SETOR SAAN QUADRA 03, LOTE 1060, ZONA INDUSTRIAL, BRASÍLIA (DF) – CEP 70.632-320, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SRA. SANDRA CRISTINA FERREIRA PEREIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1.130.485 (SSP/DF) E CPF Nº 461.954.911-87, NA QUALIDADE DE PROCURADORA, ADIANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. O PRESENTE CONTRATO TEVE SUA MINUTA-PADRÃO APROVADA PELO PARECER JURÍDICO Nº 23.589-001, DE 08.06.2017.

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a **adequação de ambiente para revitalização do Teatro Cultural Banco do Brasil, localizado no Edifício Tancredo Neves em Brasília – DF**, de acordo com as condições e especificações definidas no Edital e conforme Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA na licitação, a ser feita pela CONTRATADA no imóvel, na cidade de **Brasília – DF**, e que assim se descreve e caracteriza:

DEPENDÊNCIA: **9902-3 / 00 – CCBB BRASÍLIA - DF**

ENDEREÇO: ED. TANCREDO NEVES, SCES, TR.02, LT.22, Brasília (DF) CEP: **70.200-002**

CNPJ: **00.000.000/5374-03**

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a efetuar a matrícula dos serviços no CADASTRO ESPECÍFICO DO INSS – CEI, dentro do prazo previsto na legislação, além de se responsabilizar por todos os procedimentos decorrentes, na forma das instruções do INSS.

Parágrafo Segundo - Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão ou transferência, total ou parcial. A subcontratação somente será admitida na situação prevista na Cláusula Décima Terceira deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses elencadas no art. 81 da Lei nº 13.303/16, desde que acordado entre as partes e formalizado por aditivo contratual.



CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as plantas, os projetos e demais documentos fornecidos pelo CONTRATANTE e aprovados pelas autoridades competentes e as cláusulas deste Contrato.

Parágrafo Único - Para todos os efeitos, fazem parte integrante deste Contrato e como se nele transcritos estivessem, os documentos a seguir mencionados:

- a) Edital de Licitação;
- b) Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços);
- c) Projetos;
- d) Cronogramas Físico-Financeiro e Descritivo dos serviços;
- e) Norma para Reajuste de Preços de Contratos, contida no Decreto no 1.054, de 07.02.94, e demais disposições complementares;
- f) Caderno Geral de Encargos (CGE) - Edição 1995, Partes I, II e III, de pleno conhecimento das partes, e integralmente registrado e arquivado em microfilme no Cartório de Títulos e Documentos do 2o Ofício de Brasília, Capital Federal, sob o número 218504, do qual a CONTRATADA recebe um exemplar, neste momento, em perfeita ordem, autenticado pelo CONTRATANTE;

DISCREPÂNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

- a) Em caso de divergência entre o contido em uma Especificação de Materiais e Equipamentos - "E" ou Procedimentos - "P" e o Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços), prevalecerá sempre este último;
- b) Em caso de divergência entre o Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços) e os desenhos do projeto arquitetônico, prevalecerá sempre o primeiro;
- c) Em caso de divergência entre o Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços) e os desenhos especializados - estrutural e instalações - prevalecerão sempre os últimos;
- d) Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões, medidas em escala, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá a dimensão correta;
- e) Em caso de divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
- f) Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
- g) Em caso de dúvida quanto à interpretação dos desenhos, das normas "G", "E" e "P" do Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços) ou do Edital de Licitação, será consultado o CONTRATANTE;
- h) Em caso de divergência entre o projeto arquitetônico e os projetos especializados (estrutural e instalações), prevalecerão os projetos especializados.

Parágrafo Único - Para fins do presente contrato, a FISCALIZAÇÃO será composta por equipe de funcionários integrantes do Núcleo de Engenharia do CONTRATANTE, credenciados para atuarem junto à CONTRATADA, com autoridade para exercer, em nome do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e

fiscalização dos serviços, responsáveis por zelar pela boa execução de todos os serviços contratados, observando o cumprimento de todos os dispositivos contratuais.

RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Recebimento Provisório

CLÁUSULA QUARTA - Quando os serviços contratados ficarem integralmente concluídos, de perfeito acordo com o previsto neste Contrato, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório, em 3 (três) vias de igual teor, todas elas assinadas por um representante do CONTRATANTE e pelo representante legal da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro - As duas primeiras vias ficarão em poder do CONTRATANTE, destinando-se a terceira à CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - Quando houver interesse do CONTRATANTE, a ocupação total ou parcial do imóvel poderá efetuar-se antes do Recebimento Provisório.

Parágrafo Terceiro - O Recebimento Provisório somente ocorrerá após satisfeitas as seguintes condições:

- a. Entrega do "HABITE-SE" do local, quando exigido pela autoridade local;
- b. Entrega ao CONTRATANTE de todos os projetos atualizados ("AS BUILT");
- c. Conclusão dos Serviços Extraordinários, feitas as Apropriações e efetuados os respectivos pagamentos; e
- d. Fornecimento, quando for o caso, dos documentos abaixo relacionados, conforme descrito no Caderno Geral de Encargos e Caderno de Encargos - Parte IV ou Especificações de Serviços:
 - I. Certificados de aprovação de instalações e/ou equipamentos por parte de órgãos fiscais do Governo;
 - II. Certificados de garantia de serviços, materiais e/ou equipamentos;
 - III. Compromisso de manutenção gratuita; e
 - IV. Manuais de Operação e Manutenção de Máquinas, Instalações e Equipamentos.

Recebimento Definitivo

CLÁUSULA QUINTA - O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado 60 (sessenta) dias após o Recebimento Provisório, quando deverão ter sido satisfeitas as condições a seguir:

- a) Atendidas todas as reclamações da FISCALIZAÇÃO, referentes a imperfeições ou defeitos apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento dos serviços executados;
- b) Solucionadas todas as reclamações, porventura feitas, quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviço empregados no local dos serviços;
- c) Entregue a Certidão Negativa de Débito (CND) para averbação dos serviços, emitida diretamente pela agência do INSS;





d) Baixa, se for o caso, de duplicidade de matrícula CEI aberta no CNPJ da dependência beneficiária do serviço;

Parágrafo Primeiro - Findo esse prazo, para sanar os defeitos e imperfeições não corrigidos tempestivamente pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá utilizar-se das garantias referidas na Cláusula Trigésima Terceira deste Contrato, não desconsideradas as demais medidas administrativas punitivas passíveis de adoção pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - O Termo de Recebimento Definitivo será passado no mesmo número de vias, assinado e distribuído de forma idêntica à estabelecida para o Recebimento Provisório. Após a assinatura do mesmo, o saldo das garantias contratuais será devolvido à CONTRATADA.

PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA - O prazo global para execução de todos os serviços é de **90 (noventa)** dias corridos a contar da data de início dos trabalhos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA executará todos os serviços convencionados dentro do prazo global fixado, obrigando-se a entregar, ao término desse prazo, ditos serviços inteiramente concluídos e com as licenças porventura exigidas pelas autoridades competentes.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados dentro do prazo de **01 (um)** dia corrido, a contar do dia imediatamente posterior à data da assinatura deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de contagem do prazo global, os serviços serão considerados concluídos na data do Recebimento Provisório previsto na Cláusula Quarta deste Contrato.

Parágrafo Quarto - A vigência deste contrato é de **180 (cento e oitenta)** dias, contados do início da prestação dos serviços.

PREÇO

CLÁUSULA SÉTIMA - O preço global inicial para a execução dos serviços é de **R\$ 1.624.187,05 (um milhão e seiscentos e vinte e quatro mil e cento e oitenta e sete reais e cinco centavos)**, dividido em **06 (seis)** parcelas, calculado o valor de cada uma delas na base de percentual sobre o preço global, conforme a seguir:

Nº PARCELA	PERCENTUAL	VALOR (R\$)	DATA LIMITE PARA CONCLUSÃO DA ETAPA
01	30%	487.256,10	04/11/2018
02	30%	487.256,10	19/11/2018
03	20%	324.837,41	04/12/2018
04	10%	162.418,70	19/12/2018
05	5%	81.209,37	03/01/2019
06	5%	81.209,37	18/01/2019



Parágrafo Primeiro - Cada parcela do preço só será paga após satisfeitas as condições a ela correspondentes, constantes nos cronogramas físico-financeiro e descritivo.

Parágrafo Segundo – O valor total do material (e/ou equipamento) a ser utilizado no serviço corresponde a **R\$ 1.265.206,37 (um milhão e duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos e seis reais e trinta e sete centavos)**, conforme cronograma físico-financeiro e descritivo dos serviços, assim discriminados:

Nº PARCELA	VALOR MATERIAL (R\$)	VALOR MÃO DE OBRA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	379.561,91	107.694,19	487.256,10
02	379.561,91	107.694,19	487.256,10
03	253.041,27	71.796,14	324.837,41
04	126.520,64	35.898,06	162.418,70
05	63.260,32	17.949,05	81.209,37
06	63.260,32	17.949,05	81.209,37
TOTAL	1.265.206,37	358.980,68	1.624.187,05

Parágrafo Terceiro - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entregas admitem prorrogação, desde que justificadas por escrito e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, mediante celebração de aditivo.

Parágrafo Quarto - As obrigações legais, tributos ou encargos criados, alterados, extintos, acrescidos ou reduzidos após a apresentação da Carta-Proposta da CONTRATADA que se reflitam, comprovadamente, nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – A nota fiscal/fatura deverá:

- Conter o número do Contrato, o objeto contratual, a etapa do serviço e o período em que foi realizado;
- Conter agência e número da conta corrente;
- Conter a identificação das dependências (prefixo, nome e endereço) onde os serviços foram efetivamente prestados, assim como os respectivos valores proporcionais, por documento fiscal.
- A matrícula no CADASTRO ESPECÍFICO DO INSS – CEI e o endereço do serviço, na forma das instruções do INSS.
- Ser entregue ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data prevista para o respectivo pagamento, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo a prestação de serviços nos municípios em que o documento é exigido;
- Ser emitida ao menos 2 (dois) documentos fiscais, quando o serviço for prestado em várias unidades do CONTRATANTE, sendo um para as unidades localizadas no mesmo município de emissão do documento fiscal (emitido contra CNPJ de unidade do Banco do Brasil localizada no município de emissão do documento

fiscal); e outro documento fiscal relacionado aos serviços prestados em outros municípios (emitido contra CNPJ de unidade regional do Banco do Brasil localizada em município diverso da emissão do documento fiscal).

Parágrafo Primeiro - O pagamento será creditado em conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, no 10º (décimo) dia útil após a data da aferição do adimplemento das obrigações contratuais, mediante apresentação formal dos respectivos documentos de cobrança previstos na Cláusula Décima deste Contrato, acompanhado do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo a prestação de serviços nos municípios em que o documento é exigido.

Parágrafo Segundo - As despesas estão previstas no orçamento do CONTRATANTE, no item: **Adaptação dos espaços para moder. CCBs RJ, DF.**

Parágrafo Terceiro - Os documentos comprobatórios da matrícula dos serviços no INSS, dos recolhimentos ao INSS relativos aos serviços subcontratados e do FGTS serão emitidos única e exclusivamente para estes serviços, não se admitindo, em hipótese alguma, a inclusão de outras contratações, mesmo que pactuadas com o próprio CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá apresentar anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços, cópia da GFIP – Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social – específica para o serviço, identificada pela matrícula CEI, com comprovante de entrega na rede bancária autorizada e correspondente à competência de recolhimento vencida imediatamente anterior. A GFIP deverá estar acompanhada do RE (Relatório dos Trabalhadores), que relaciona todos os empregados da CONTRATADA encarregados da execução dos serviços.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a apresentar junto com a fatura/nota fiscal ou recibo mensal da prestação dos serviços, documentos que comprovem tanto o pagamento dos salários quanto o pagamento do 13º salário dos seus empregados que executaram o serviço contratado.

Parágrafo Sexto - Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura ou recibo de prestação de serviços, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 2 (dois) dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. O CONTRATANTE terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento. Em qualquer caso, a liquidação do valor devido não ocorrerá antes do 10º útil do mês subsequente ao da prestação de serviço, conforme estipula o parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Sétimo - O CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

Parágrafo Oitavo - Eventuais débitos vencidos, de responsabilidade da CONTRATADA junto a qualquer agência do CONTRATANTE, poderão ser compensados com recursos oriundos deste Contrato, respeitadas as formalidades legais.



Parágrafo Nono - A CONTRATADA que se declarar amparada por isenção de tributos, nos moldes tratados pela Instrução Normativa RFB nº 1234/12, da Receita Federal em que não ocorra a incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, apresentando as declarações pertinentes, conforme modelos contidos na mencionada Instrução Normativa.

CLÁUSULA NONA – Exceto a GFIP, os documentos exigidos neste Contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

Parágrafo Único – O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir administrativamente o contrato quando a CONTRATADA não apresentar os documentos relacionados na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA - Para efeito de cobrança de valores contratuais, a CONTRATADA deverá encaminhar correspondência, anexando o documento de cobrança adequado (nota fiscal, fatura, nota-fiscal-fatura ou recibo e Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, se exigido no local da prestação do serviço) discriminando todas as importâncias devidas. Deverão ser emitidos documentos de cobrança distintos para as parcelas deste Contrato e para as parcelas relativas a cada Serviço Extraordinário eventualmente contratado. Eventuais deduções relativas às Apropriações (supressões) serão registradas/deduzidas no documento de cobrança relativo à parcela onde o serviço suprimido deveria ser originalmente cobrado.

Parágrafo Primeiro – A emissão e apresentação da fatura pela CONTRATADA somente deverá ocorrer após autorização expressa do CONTRATANTE, seja por intermédio de Ordem de Serviço ou mediante correspondência informando o cumprimento da etapa contratual. A data desta “autorização expressa” será considerada como a da aferição do adimplemento das obrigações contratuais, mencionada na Cláusula Oitava deste contrato.

Parágrafo Segundo - Os documentos de cobrança deverão ser emitidos em nome do Banco do Brasil S.A. – **Dependência mencionada na Cláusula Primeira deste Contrato**, e apresentadas para pagamento no CESUP ADM CONTRATOS MG, situado a Rua da Bahia 2500, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-012, acompanhadas dos documentos relacionados na Cláusula Oitava deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os Serviços Extraordinários (acréscimos), definidos na Cláusula Décima Terceira, serão orçados em moeda corrente com base nos mesmos preços e condições inicialmente pactuados no contrato, e os pagamentos serão processados mediante apresentação das faturas ao CONTRATANTE, após atestada a conclusão dos mesmos pela FISCALIZAÇÃO e antes do Recebimento Provisório previsto na Cláusula Quarta deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente, para os Serviços Extraordinários cujos preços unitários não foram orçados no contrato, os valores serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira e observado o preço praticado no mercado, que considerará, no que couber, os seguintes critérios:



- I - Mediana dos preços do Sinapi;
- II - Subsidiariamente, preços do Sicro2;
- III - Subsidiariamente, preços de outros sistemas aprovados pela Administração Pública, na hipótese de não serem encontradas referências nos sistemas anteriores, ou em caso de incompatibilidade técnica das composições desses paradigmas frente às peculiaridades do serviço;
- IV - Subsidiariamente, cotação de mercado

Parágrafo Segundo - As apropriações pelo CONTRATANTE dos valores referentes às supressões ou diminuições quantitativas do objeto deste Contrato, realizadas em virtude de modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, serão realizadas por ocasião do pagamento das respectivas parcelas, ou quando do acerto dos Serviços Extraordinários.

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Na hipótese de virem a ser necessários serviços não previstos ou modificações nos projetos e/ou especificações fornecidos pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA só poderá fazê-los mediante prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE dentro dos limites previstos no Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira deste Contrato.

Parágrafo Primeiro - Os acréscimos e/ou modificações serão objeto de "orçamento/proposta" a ser submetido pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da solicitação formal do CONTRATANTE, para exame e aprovação, onde deverão constar, além dos custos diretos dos serviços, todas as despesas indiretas incidentes, tais como: repouso remunerado da mão-de-obra, encargos sociais, despesas legais, seguros, administração, benefícios etc.

Parágrafo Segundo - A forma e apresentação do "orçamento/proposta" serão estabelecidas de comum acordo entre as partes, devendo, contudo, constar da citada documentação o seguinte: prazo de execução, forma de pagamento, forma de reajustamento (se for o caso), unidades, quantidades, valores unitários e totais.

SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A CONTRATADA poderá subcontratar serviços, que, por sua especialização, requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados ou autorizados pelo fabricante, como por exemplo: estrutura, ar condicionado, transporte vertical, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas (inclusive lógica e telefonia), impermeabilização, serralharia, vidraçaria e restaurações, sempre em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE não admitirá a subcontratação de fornecimentos e serviços com empresa que possua em seu quadro funcionário de qualquer Centro de Suprimentos (Cesup), da Gerência de Gestão Patrimonial ou membro da Administração do CONTRATANTE como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou acionista controlador ou responsável técnico.





Parágrafo Segundo - As subcontratações de serviços especializados permitidas no “caput” desta Cláusula, somente serão admitidas com empresas que comprovem capacidade técnica compatível com a do objeto a executar. Para tanto, as subcontratações deverão ser previamente submetidas ao CONTRATANTE pela CONTRATADA, atendendo ao seguinte:

- I - Apresentar documento, no prazo máximo de 10 (dez) dias depois da assinatura deste instrumento, indicando as empresas que serão subcontratadas para a execução dos serviços especializados. Tal documento deverá discriminar os nomes das empresas, endereços, CNPJ e os serviços que serão a elas subcontratados;
- II - Demonstrar que as empresas a serem subcontratadas possuem, em seu quadro de pessoal, profissionais de nível superior detentores de acervo técnico por execução de serviço de características semelhantes àquelas do serviço a subcontratar. A demonstração se dará mediante a apresentação de cópia autenticada de documentos como: Carteira de Trabalho ou Livro de Registro de Empregados ou Contrato de Prestação de Serviços, assinado pela empresa subcontratada, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado ou Contrato Social, em caso de Sócio da empresa subcontratada;
- III - A comprovação da qualificação técnica exigida se dará pela apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, emitidas pelo CREA ou CAU, desde que atendam às exigências de cada tipo de serviço, admitindo-se a Certidão de Acervo Técnico específica, expedida pelo CREA ou CAU. A substituição de quaisquer desses profissionais só será admitida, em qualquer tempo, por outros que detenham as mesmas qualificações exigidas e por motivos relevantes, justificáveis pela CONTRATADA, sob avaliação do BANCO.

Parágrafo Terceiro - A FISCALIZAÇÃO analisará caso a caso as empresas ou profissionais apresentados pela CONTRATADA e as autorizará por escrito. Eventuais recusas a nomes de empresas serão devidamente justificadas pela FISCALIZAÇÃO.

Parágrafo Quarto - As empresas e profissionais indicados em conformidade com o Parágrafo Segundo serão os Responsáveis Técnicos - RT pelos serviços relativos às parcelas do serviço para as quais tiverem sido subcontratados, devendo providenciar, ao início do serviço, o recolhimento de ART (referente ao contrato firmado entre CONTRATADA e SUBCONTRATADA e em nome do profissional responsável pela execução) junto ao CREA ou CAU e apresentar cópias ao CONTRATADO, que as repassará ao CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto - Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os PROJETOS e/ou as especificações, serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

Parágrafo Sexto - Os serviços a cargo de diferentes firmas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços, em seu conjunto, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

ENSAIOS E PROVAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A boa qualidade e perfeita eficiência dos materiais, trabalhos e instalações - como condição prévia e indispensável do reconhecimento dos serviços - serão, sempre que necessário, submetidos à verificação, ensaios e provas para tal fim aconselháveis, a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Cumprirá à CONTRATADA, por sua conta e exclusiva responsabilidade:

- a) obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos por lei;
- b) observar as leis, regulamentos e posturas edilícias referentes ao serviço e à segurança pública, bem como às normas técnicas da ABNT e exigências do CREA/CAU local, especialmente no que se refere ao recolhimento das ART (referentes a esta contratação e em nome do profissional responsável pela execução/direção dos serviços e do engenheiro) e à colocação de placas contendo os nomes dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços e dos autores dos PROJETOS;
- c) pagar rigorosamente em dia os salários dos empregados e as contribuições previdenciárias, do FGTS, as despesas decorrentes de leis trabalhistas e outros encargos sociais, o Imposto Sobre Serviços (ISS) quando o recolhimento não couber ao CONTRATANTE segundo a legislação municipal, as despesas de consumo de água, luz, força e energia que digam respeito diretamente aos serviços contratados, os tributos, emolumentos e quaisquer outras despesas incidentes sobre o Contrato;
- d) acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, as suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
- e) efetuar a retenção, conforme legislação vigente, referente à contribuição previdenciária incidente sobre os serviços subcontratados, na forma das instruções normativas do INSS, apresentando os documentos probatórios ao CONTRATANTE;
- f) obter das firmas subcontratadas os comprovantes de recolhimentos de ART relativos ao registro do contrato entre CONTRATADA e SUBCONTRATADA e execução dos serviços subcontratados.

Parágrafo Primeiro - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha o CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pelo CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no "caput" desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação. Assume, ainda, a



obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada um, os seguintes documentos devidamente atualizados:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão Unificada, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, por elas administrados, inclusive contribuições previdenciárias;
- b) Prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei 12.440/2011.

Parágrafo Quarto – Além dos documentos relacionados no parágrafo terceiro desta cláusula, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

- a) Anualmente: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei e nos mesmos moldes exigidos quando da licitação.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA estará dispensada de anexar os documentos citados no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, caso mantenha a referida documentação atualizada no Sistema SICAF, para verificação "on-line" por ocasião do pagamento.

Parágrafo Sexto – Os documentos exigidos neste Contrato deverão ser apresentados na forma exigida no Parágrafo Terceiro da Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A CONTRATADA declara e obriga-se a:

- a) Exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente;
- b) Não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- c) Não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;
- d) Não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;
- e) Não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico etc.;
- f) Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;



- g) Observar e cumprir as disposições contidas na Lei 12.846/2013, incluindo, mas não se limitando a, não se utilizar de práticas corruptas e/ou antiéticas visando obter ou dar vantagem indevida, de forma direta ou indireta, perante o CONTRATANTE;
- h) Informar aos seus empregados encarregados da prestação dos serviços ora pactuados que o CONTRATANTE dispõe de um canal de Ouvidoria Interna disponível na Internet (endereço <http://www.bb.com.br> > relação com investidores > governança corporativa > ouvidoria interna), para quaisquer reclamações relativas ao presente contrato ou denúncias de desvios comportamentais (inclusive indícios de assédio moral e sexual) no local de trabalho.

Parágrafo Único – A CONTRATADA declara, ainda, sob as penas da Lei:

- a) Conhecer e respeitar o Código de Ética e as Normas de Conduta do CONTRATANTE disponível na Internet, endereço: <http://www.bb.com.br> (página principal).
- b) A CONTRATADA declara que o seu quadro societário não é integrado por atual ou ex-agente público de ente do Poder Executivo Federal ao qual o CONTRATANTE esteja vinculado, que tenha sido dispensado, exonerado, destituído, demitido ou aposentado no período de 6 (seis) meses da data da respectiva desvinculação com a administração pública, ou de parentes dos mesmos, em até terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A CONTRATADA responderá pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados, uso indevido de marcas e patentes e danos pessoais ou materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, mesmo que ocorridos na via pública. Responsabiliza-se, igualmente, pela integridade do local de prestação dos serviços, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, seja resultante de ato de terceiros, caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Primeiro - Fica a CONTRATADA responsável por todas as avarias e danos cobertos pelo Seguro de Riscos de Engenharia. Em caso de opção por este seguro, deverá a CONTRATADA fazê-lo através de seguradora credenciada no IRB, de sua livre escolha, sob orientação do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - O seguro de riscos contra fogo, inclusive o celeste, será feito diretamente pelo CONTRATANTE, segundo suas normas internas, sem ônus para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os contatos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidos por intermédio da FISCALIZAÇÃO.

Parágrafo Primeiro - Todas as **Ordens de Serviço** ou **Comunicações** entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, serão transmitidas por escrito, em 3 (três) vias, uma das quais ficará em poder do emitente depois de visada pelo destinatário. Cópia das ditas **Ordens de Serviço** e **Comunicações** deverão ficar arquivadas no local de prestação dos serviços.





Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá facilitar à FISCALIZAÇÃO a vistoria aos serviços pactuados, bem como a verificação de materiais/equipamentos destinados à empreitada, em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem, mesmo que de propriedade de terceiros.

Parágrafo Terceiro - À FISCALIZAÇÃO é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da **Ordem de Serviço** correspondente, qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou em material/equipamento adquirido.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá retirar do local de prestação dos serviços, imediatamente após o recebimento da **Ordem de Serviço** correspondente, qualquer empregado seu ou de terceiros que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil para com os prepostos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O Responsável Técnico da CONTRATADA, apresentado durante a fase de habilitação da empresa, assumirá as responsabilidades legais pela DIREÇÃO dos serviços, obrigando-se a comparecer quinzenalmente ao local ou sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO e quantas vezes seja necessária sua presença para garantir qualidade e celeridade ao objeto contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Para os serviços que forem ajustados, caberá à CONTRATADA fornecer e conservar pelo período que for necessário, equipamento e ferramental adequado e a contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço, uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que possa assegurar o progresso satisfatório dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Deverá o CONTRATANTE exigir da CONTRATADA o cumprimento das Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego e as Instruções Normativas do INSS/DC, em especial as Instruções Normativas nº 118, de 14.04.2005 e MPS/SRP nº 03, de 14.07.2005, no que couber, colocando à disposição da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e à fiscalização do INSS, no mínimo o cumprimento das seguintes normas:

- a) NR-5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, mediante a apresentação da documentação da CIPA constituída, do treinamento dos componentes ou, se for o caso, do representante pelo cumprimento da norma e seu treinamento;
- b) NR-6 – Equipamento de Proteção Individual: apresentando a relação dos EPI utilizados e comprovante de recebimento pelos empregados;
- c) NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional: com a apresentação do PCMSO assinado por médico do trabalho e os exames médicos obrigatórios;
- d) NR-9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – ou LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (assinado por engenheiro de segurança do trabalho com registro no CREA/CAU), atualizados pelo menos uma

- vez ao ano ou no caso de alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização;
- e) NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: mediante apresentação do PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – com ART registrada no CREA ou CAU, assinada por engenheiro de segurança do trabalho, atualizado pelo menos uma vez ao ano ou no caso de alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A CONTRATADA deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, de 5.7.2002 e alterações.

Parágrafo Primeiro – Antes de iniciar qualquer serviço caberá à CONTRATADA inteirar-se de toda a legislação atinente ao gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente a Lei nº 12.305, de 2.8.2010; as Resoluções nº 307, de 5.7.2002, nº 348, de 16.8.2004, nº 431, de 24.5.2011, nº 448, de 18.1.2012, editadas pelo CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente; leis Estadual e Municipal; regulamentos e normas técnicas.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA deverá realizar consulta formal à Prefeitura acerca da existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e respectivas exigências para a elaboração, aprovação e implementação do PGRCC.

Parágrafo Terceiro – A inexistência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou de Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil não dispensará a CONTRATADA de elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) referente aos serviços objeto deste Contrato, com base no Conteúdo Mínimo e nas Etapas estabelecidos respectivamente no art. 21, da Lei nº 12.305, de 2.8.2010 e no art. 9º, da Resolução CONAMA Nº 307, DE 5.7.2002.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá submeter o PGRCC à aprovação da autoridade municipal competente, e deverá apresentar cópia dos respectivos protocolos à fiscalização do Banco.

Parágrafo Quinto – Caberá à CONTRATADA a separação, o acondicionamento, a classificação e a destinação final adequada dos resíduos sólidos dos serviços realizados, bem como o controle documental dessas etapas, de modo a apresentar à FISCALIZAÇÃO os comprovantes de descartes, conforme o tipo de resíduo e segundo as NORMAS ABNT/NBR nºs 10.004/2004 e 15.112/2004.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, imediatamente após cada descarte, deverá apresentar os Formulários de Controles de Transporte de Resíduos – CTR (Documento nº 03), devidamente preenchidos, para fins de comprovar a destinação final adequada dos resíduos de construção civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA se obriga a informar ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.





CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, o CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o Contrato, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social, inclusive no que diz respeito à garantia estabelecida na Cláusula Trigesima Terceira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A CONTRATADA não poderá utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente Contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na lei em geral, não implica novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos à disposição neste Contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - São assegurados ao CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste contrato, bem como a tratá-las conforme os Critérios de Tratamento da Informação e às normas referentes à Segurança da Informação disponibilizadas pela CONTRATANTE no Portal de Políticas de Segurança da Informação (PSI) www.bb.com.br/psi.

Parágrafo Único – Durante a execução deste contrato, a CONTRATADA dará acesso, em tempo hábil, às informações, processos, serviços e/ou suas instalações à CONTRATANTE, quando solicitado, para viabilizar a verificação dos controles de Segurança da Informação instituídos e Orientadores listados no Portal PSI.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – A CONTRATADA, por seus dirigentes, prepostos ou empregados, compromete-se, mesmo após o término do presente contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou terceiros em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que estão obrigadas.

Parágrafo Segundo – Para os fins previstos na presente Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a manter sob sua guarda e responsabilidade, "Termo de Compromisso com

o Sigilo da Informação”, firmado por todos os seus empregados que venham a participar da prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da minuta constante do Documento nº 2, que faz parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE poderá exigir a qualquer tempo, a apresentação dos Termos a que se refere o Parágrafo Segundo desta Cláusula. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação, para a apresentação dos documentos solicitados, sob pena da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Ficará a cargo da CONTRATADA, o descarte junto aos fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305, de 02/08/2010, assim como os demais resíduos sólidos como gesso, carpete, manta isolante, entulho de alvenaria e assim por diante, enfim todo descarte deverá atender a lei nº 12.305, de 02/08/2010 comprovando através de termo de compromisso, que deverá ser entregue ao fiscal do serviço, de que o descarte daquele material será de acordo com a legislação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – A CONTRATADA deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, de 05.07.2002 e alterações.

Parágrafo Primeiro - Antes de iniciar qualquer execução de serviços, caberá à CONTRATADA inteirar-se de toda a legislação atinente ao gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente a Lei nº 12.305, de 2.8.2010; as Resoluções nº 307, de 5.7.2002, nº 348, de 16.8.2004, nº 431, de 24.5.2011, nº 448, de 18.1.2012, editadas pelo CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente; leis Estadual e Municipal; regulamentos e normas técnicas.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá realizar consulta formal à Prefeitura acerca da existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e respectivas exigências para a elaboração, aprovação e implementação do PGRCC.

Parágrafo Terceiro - A inexistência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou de Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil não dispensará a CONTRATADA de elaborar o(s) Plano(s) de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) referente ao objeto deste Contrato, com base no Conteúdo Mínimo e nas Etapas estabelecidos respectivamente no artigo 21, da Lei nº 12.305, de 02.08.2010, e no artigo 9º da Resolução CONAMA nº 307, de 05.07.2002.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá submeter o PGRCC à aprovação da autoridade municipal competente, e deverá apresentar cópia do(s) respectivo(s) protocolo(s) à fiscalização do Banco.

Parágrafo Quinto - Caberá à CONTRATADA a separação, o acondicionamento, a classificação e a destinação final adequada dos resíduos sólidos dos serviços, bem como o controle documental dessas etapas, de modo a apresentar à FISCALIZAÇÃO



os comprovantes de descartes, conforme o tipo de resíduo e segundo as NORMAS ABNT/NBR nos 10.004/2004 e 15.112/2004.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, imediatamente após cada descarte, deverá apresentar os Formulários de Controles de Transporte de Resíduos – CTR (Documento nº 01 deste Contrato), devidamente preenchidos, para fins de comprovar a destinação final adequada dos resíduos de construção civil dos serviços.

GARANTIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE comprovante de garantia, em uma das modalidades previstas no edital, no valor de **R\$ 81.209,35 (oitenta e um mil e duzentos e nove reais e trinta e cinco centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro - A garantia deverá ser entregue, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura deste contrato, no seguinte endereço: Rua da Bahia 2500, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-012.

Parágrafo Segundo – O pagamento das faturas ficará condicionado à entrega da garantia, no prazo e local estipulados no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Havendo majoração do preço contratado, fica a critério do CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a integralização da garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do novo preço. No caso de supressão, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação da CONTRATADA, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço contratado.

Parágrafo Quarto – A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando o CONTRATANTE autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Quinto - Utilizada a garantia, a CONTRATADA obriga-se a integralizá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada formalmente pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto - O valor da garantia somente será liberado à CONTRATADA após 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo previsto na Cláusula Quinta deste Contrato ou por ocasião de sua rescisão, desde que não possua obrigação ou dívida inadimplida com o CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Sétimo - Caso ocorra dilação no prazo dos serviços e consequentemente na data prevista para assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a garantia deverá ter sua data de vencimento revalidada para a nova data contratual prevista.

Parágrafo Oitavo – Toda e qualquer garantia a ser apresentada responderá pelo cumprimento das obrigações da contratada eventualmente inadimplidas na vigência



do contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo de vigência da garantia.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução do Contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, por período não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo, observadas as normas do Regulamento de Licitações do Banco do Brasil.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de aplicação das sanções de multa por inexecução total ou parcial do Contrato ou de suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso será aberta vista do processo à CONTRATADA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE;
- b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa e/ou suspensão temporária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – Pelos dias que exceder os prazos limites para conclusão de cada uma das etapas previstas contratualmente, ficará a CONTRATADA sujeita, de pleno direito, à multa moratória de **0,56% (cinquenta e seis centésimos percentuais)** ao dia, calculada sobre o valor da correspondente parcela e/ou serviços extraordinários, somado com o valor das parcelas anteriores do cronograma de desembolso.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA, todavia, não incorrerá na multa referida no "caput", caso ocorram prorrogações compensatórias formalmente concedidas pelo CONTRATANTE, por comprovado impedimento de execução dos trabalhos, efetuando-se, então, uma revisão dos cronogramas, em comum acordo pelas partes e tomando-se por base, daí por diante, os documentos atualizados resultantes. Por conseguinte, as multas moratórias aplicadas poderão ser restituídas à CONTRATADA, integral ou parcialmente, em função dos novos cronogramas, sem qualquer atualização/ reajustamento do valor da multa originalmente aplicada.





Parágrafo Segundo – A soma das importâncias cobradas a título de multa moratória limitar-se-á ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, acrescido do preço de eventuais serviços extraordinários.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa por inexecução total ou parcial do Contrato correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor relativo às parcelas e/ou ao Serviço Extraordinário inadimplidos, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no *caput* desta Cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor correspondente às parcelas e/ou do Serviço Extraordinário inadimplidos, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados direta ou judicialmente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) Reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
- c) Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no Contrato;
- d) Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) Irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- f) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) Prática de atos ilícitos visando a execução do contrato;
- h) Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA idoneidade para contratar com o CONTRATANTE;
- i) Inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – Adicionalmente, a CONTRATADA declara ter ciência de que as disposições contidas na Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/1998 se aplicam ao presente contrato, conforme Termo de Compromisso contido no Documento nº 1 deste contrato.

MATRIZ DE RISCOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, o CONTRATANTE e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes desta relação e, sem prejuízo de outras previsões contratuais,

estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz constante do Documento nº 4 deste Contrato.

Parágrafo Único - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

RESCISÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - A rescisão deste Contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

a) Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

- I. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. Lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- IV. Atraso injustificado no início do serviço;
- V. Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- VI. Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- VII. Desatendimento das determinações regulares do CONTRATANTE decorrentes do acompanhamento e fiscalização do Contrato;
- VIII. Cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;
- IX. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII. Razões de interesse do CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo a que se refere o contrato;
- XIII. Descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- XIV. Abandono do local de prestação dos serviços, assim considerada, para os efeitos contratuais, a paralisação imotivada dos serviços por mais de 10 (dez) dias corridos;
- XV. Atraso decorrente da defasagem dos serviços em relação ao cronograma em vigor, verificada em qualquer etapa da programação, superior a 20% (vinte por cento) do prazo global;
- XVI. Colocação de empecilhos à realização, pela FISCALIZAÇÃO, de vistorias aos locais de prestação dos serviços contratados;
- XVII. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XVIII. Quando a CONTRATADA deixar de comprovar os requisitos de habilitação, inclusive os que são avaliados nos documentos fiscais federais, o relativo aos



débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e o relativo ao FGTS dos seus empregados.

- b) Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro – A rescisão também poderá ocorrer quando a CONTRATADA:

- a) Não apresentar comprovante de garantia na forma da Cláusula Trigesima Terceira para o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- c) For responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do CONTRATANTE, desde que o endividamento venha a comprometer a execução do Contrato;
- d) Vier a ser declarada inidônea pela União;
- e) Vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- f) Utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- g) Praticar atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira;
- h) For sancionada pela prática de ato tipificado no art. 5º, caput e incisos, da Lei nº 12.846, de 01.08.2013;

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, observado o rito da Seção IX, Capítulo IX, do Regulamento de Licitações do Banco do Brasil.

Parágrafo Terceiro - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

Parágrafo Quarto - A rescisão acarretará as seguintes consequências imediatas:

- a) Execução da garantia contratual, para ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

DISPOSIÇÕES FINAIS



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte (MG) para dirimir as dúvidas oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 19 de outubro de 2018

BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE SUPRIMENTOS, INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO
CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES – Centro de Serviços – SP

MARIROSA GASPARI
Gerente de Setor
CPF: 100.276.778-42
RG: 16.192.111

Marcelo Guimarães Roque
Gerente de Setor
RG: 17.062.648-9 SSP/SP
CPF: 097.127.158-50

RICARDO DINIZ ALMEIDA

Sandra e. F. Pereira

SANDRA CRISTINA FERREIRA PEREIRA
PROCURADORA

TESTEMUNHAS

Vera Lucia do Carmo Preto
NOME:
CPF: Vera Lucia do Carmo Preto
CPF: 006.727.258-43

Carlos Alberto S. Stefani
NOME:
CPF: Carlos Alberto S. Stefani
CPF: 043.030.478-13



DOCUMENTO Nº 1 DO CONTRATO

TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMBATE À CORRUPÇÃO.

A _____ (razão social da empresa contratada), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ (e suas empresas controladas, coligadas ou as consorciadas), no âmbito deste contrato, declaram e se comprometem a:

- I. Adotar boas práticas de preservação ambiental, protegendo o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- II. Não constar, esta empresa e seus sócios-diretores, em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contratar pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;
- III. Repudiar condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza.
- IV. Combater práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.
- V. Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos combatendo à discriminação em todas as suas formas.
- VI. Reconhecer, aceitar e valorizar a diversidade do conjunto de pessoas que compõem a empresa.
- VII. Obedecer e fazer com que seus empregados, representantes e fornecedores obedeçam a toda legislação, normas e regulamentos aplicáveis à condução dos projetos sociais.
- VIII. Respeitar à livre associação sindical e direito à negociação coletiva.
- IX. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária.
- X. Disseminar práticas de responsabilidade socioambiental na cadeia de fornecedores.
- XI. Criar ou reforçar, bem como manter, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas da empresa conheçam as leis a que estão vinculadas, em especial art. 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013, art. 90 da Lei 8.666/1993 e art. 1º da Lei 9.613/1998, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para o Banco do Brasil;
- XII. Vedar que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de forma direta ou indireta, a qualquer funcionário desta instituição financeira, ou a qualquer pessoa ou empresa em nome do Banco do Brasil.
- XIII. Não financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática dos atos ilícitos;
- XIV. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários do Banco do Brasil;





XV. Não fraudar, tampouco manipular o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com o Banco do Brasil e não criar pessoa jurídica de modo fraudulento ou irregular para celebrar contrato administrativo;

XVI. Apoiar e colaborar com o Banco do Brasil e demais órgãos, entidades ou agentes públicos em qualquer apuração de suspeita de irregularidades e/ou violação da lei, refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.

E, ainda, declara que:

I - Tem ciência e se obriga a cumprir integralmente a Lei nº 12.846/2013, observados os atos considerados lesivos à administração pública relacionados no artigo 5º do respectivo normativo legal e a responsabilização e aplicação administrativa e civil que é atribuída à pessoa jurídica em razão do seu cometimento;

II - O conteúdo da proposta apresentada não foi informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

III- Tem ciência de que, conforme disposto no artigo 30 da Lei 12.846/2013, não se afasta o processo de responsabilização e aplicação das penalidades decorrentes de:

- a) Ato de improbidade administrativa nos termos da Lei 8.429, de junho de 1992;
- b) Atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC instituído pela Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011; e
- c) Atos que configurem prática de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores alcançados pela Lei nº 9.613/1998.

IV - Que o descumprimento dos itens XI a XVI ensejará penalidades de acordo com o art. 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013 e art. 90 da Lei 8.666/1993,

A empresa (controladas, coligadas ou consorciadas) está ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

LOCAL E DATA

CONTRATADA
(CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL)

DOCUMENTO Nº 2 DO CONTRATO

TERMO DE COMPROMISSO COM O SIGILO DA INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pela _____, CPF nº _____, pelo presente Termo, assumo perante a empresa (prestadora de serviços) _____ o compromisso de manutenção de sigilo sobre as informações a que tenha acesso ou conhecimento no âmbito do Banco do Brasil em razão das atividades profissionais a serem realizadas em decorrência do contrato de trabalho _____, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Comprometo-me a não divulgá-las ou comentá-las interna ou externamente e cumprir as condutas adequadas contra destruição, modificação, reprodução, divulgação e acesso indevidos, seja acidental ou intencionalmente, nos termos da Política de Segurança da Informação e de acordo com os Critérios para Tratamento da Informação Corporativa do Banco do Brasil, expressos no Portal PSI (www.bb.com.br/psi).

Estou ciente que este Termo refere-se a todas as informações do Banco - dados, processos, informações, documentos e materiais - seja qual for o meio ou suporte através do qual seja materializada ou compartilhada: escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicação internos como reuniões, televisão etc., e que estejam protegidas por lei, como sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, empresarial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Este compromisso permanece mesmo após a extinção do contrato de trabalho com a empresa prestadora de serviços.

Declaro que o Banco tem minha permissão prévia para acesso e monitoramento do ambiente de trabalho.

Local e Data

Empresa:

Identificação do contrato de trabalho:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Assinatura do Usuário

Autorizado por: (preposto da empresa prestadora do serviço)
Cargo:





DOCUMENTO Nº 3 DO CONTRATO

FORMULÁRIO CTR – CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM SERVIÇOS REALIZADOS NO BANCO DO BRASIL

Este documento, emitido em três vias (gerador, transportador e destinatário), deve ser preenchido pela Construtora com a descrição dos dados a seguir:

TRANSPORTADOR:

Identificação (Nome e CPF/Razão social e CNPJ):

Inscrição Municipal:

Licenciado pela Prefeitura? () SIM () NÃO, justificativas:

GERADOR/ORIGEM:

Razão social e CNPJ (empresa construtora):

Endereço da retirada:

DESTINATÁRIO:

Identificação (Nome e CPF/Razão social e CNPJ):

ENDEREÇO DO DESTINO:

CLASSES DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS COM VOLUMES EM METROS CÚBICOS:

() ___m³ CLASSE A (solos provenientes de terraplanagem, tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassa e concreto, peças pré-moldadas em concreto como blocos, tubos, meios fios produzidas nos locais de prestação dos serviços)

() ___m³ CLASSE B (resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros)

() ___m³ CLASSE C (resíduos que não permitam reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso).

() ___m³ CLASSE D (resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outro produto nocivo à saúde).



DESCRIÇÃO DO MATERIAL PREDOMINANTE:

- Solo;
- Material asfáltico;
- Madeira;
- Concreto/argamassas/alvenaria;
- Volumosos (incluindo podas);
- Outros (especificar):

DATA:

Assinatura do transportador:

Assinatura da área de transbordo e triagem

Assinatura da área de destinação de resíduos

[Assinatura manuscrita]

DOCUMENTO Nº 4 DO CONTRATO

MATRIZ DE RISCOS

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	ALOCÇÃO DO RISCO
--------------------	-----------	--------------	------------------

Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratante

Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Contratado
	Varição da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Contratado





CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	ALOCÇÃO DO RISCO
Riscos Trabalhistas e Previdenciários	Responsabilização do BB por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de Custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BB, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).	Responsabilização do BB por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BB.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Contratado

O **BANCO DO BRASIL S.A.**, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), CNPJ/MF Nº **00.000.000/0001-01**, ADIANTE DENOMINADO CONTRATANTE, NESTE ATO, REPRESENTADO PELOS ADMINISTRADORES DO CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES SP, SITUADO NA AV. SÃO JOÃO, 32 - 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO (SP), **AO FINAL QUALIFICADOS**, E A EMPRESA **RICARDO DINIZ ALMEIDA**, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº **02.270.280/0001-83**, SITUADA À SAA QUADRA 2, LOTE 45, SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, ASA NORTE, BRASÍLIA (DF), CEP 70.632-240, NESTE ATO REPRESENTADA PELA **SRA. FERNANDA ALVES GOMES GUERRA**, PORTADORA DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº 43578 (OAB/DF), INSCRITA NO CPF/MF Nº 011.037.771-06, PROCURADORA, ADIANTE DENOMINADA CONTRATADA, FIRMAM O PRESENTE **ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 2018.7421.9357** DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) DECORRENTE DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 2017/4109, REALIZADA EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 13.303, DE 30.06.2016, E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL S.A. (WWW.BB.COM.BR) EM 03.07.2017, NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. A MINUTA PADRÃO FOI APROVADA PELO PARECER JURÍDICO Nº 25777, DE 14.11.2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – OBJETO

O presente aditivo tem por objeto:

- a) O **Acréscimo** contratual previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA, Parágrafo Terceiro, no valor de **R\$646.848,99 (seiscentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos)**, equivalente a **39,83% (trinta e nove inteiros e oitenta e três centésimos percentuais)**, decorrente de serviços extras;
- b) A **Dilação** do prazo de execução dos serviços em **56 (cinquenta e seis) dias**, com a consequente alteração do cronograma físico-financeiro;
- c) A alteração das **CLAÚSULAS SEXTA, SÉTIMA e TRIGÉSIMA TERCEIRA** do contrato, decorrente dos ajustes citados nas alíneas “a” e “b”.
- d) AJUSTE REDACIONAL do endereço de “SAA QUADRA 2, LOTE 45, SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, ASA NORTE, BRASÍLIA (DF), CEP 70.632-240” para “**SETOR SAAN QUADRA 03 LOTE, 1060, ZONA INDUSTRIAL, CEP 70.632-320**”, conforme sua última Alteração Contratual, já grafado no preâmbulo deste aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO – ALTERAÇÕES

PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA - O prazo global para execução de todos os serviços é de **146 (cento e quarenta e seis) dias** corridos a contar da data de início dos trabalhos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA executará todos os serviços convencionados dentro do prazo global fixado, obrigando-se a entregar, ao término desse prazo, ditos serviços inteiramente concluídos e com as licenças porventura exigidas pelas autoridades competentes.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados dentro do prazo de **01 (um) dia** corrido, a contar do dia imediatamente posterior à data da assinatura deste Contrato.



Parágrafo Terceiro - Para efeito de contagem do prazo global, os serviços serão considerados concluídos na data do Recebimento Provisório previsto na Cláusula Quarta deste Contrato.

Parágrafo Quarto — A vigência deste contrato é de **236 (duzentos e trinta e seis)** dias, contados do início da prestação dos serviços.

PREÇO

CLÁUSULA SÉTIMA - O preço global para a execução dos serviços é de **R\$ R\$2.271.036,04 (dois milhões duzentos e setenta e um mil e trinta e seis reais e quatro centavos)**, dividido em **07 (sete)** parcelas, calculado o valor de cada uma delas na base de percentual sobre o preço global, conforme a seguir:

Nº PARCELA	PERCENTUAL	VALOR (R\$)	DATA-LIMITE PARA CONCLUSÃO DA ETAPA
01	21,46%	487.256,10	04/11/2018
02	21,46%	487.256,10	19/11/2018
03	14,30%	324.837,41	04/12/2018
04	7,15%	162.418,70	19/12/2018
05	3,58%	81.209,37	03/01/2019
06	3,58%	81.209,37	28/02/2019
07(extra)	28,48%	646.848,99	15/03/2019
TOTAL	100,00%	2.271.036,04	

Parágrafo Primeiro - Cada parcela do preço só será paga após satisfeitas as condições a ela correspondentes, constantes nos cronogramas físico-financeiro e descritivo.

Parágrafo Segundo — O valor total do material (e/ou equipamento) a ser utilizado no serviço corresponde a **R\$1.847.427,76 (um milhão oitocentos e quarenta e sete mil quatrocentos e vinte sete reais e setenta e seis centavos)**, conforme cronograma físico-financeiro e descritivo dos serviços, assim discriminados:

Nº PARCELA	VALOR MÃO DE OBRA (R\$)	VALOR MATERIAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	107.694,19	379.561,91	487.256,10
02	107.694,19	379.561,91	487.256,10
03	71.796,14	253.041,27	324.837,41
04	35.898,06	126.520,64	162.418,70
05	17.949,05	63.260,32	81.209,37
06	17.949,05	63.260,32	81.209,37
07extra)	64.627,60	582.221,39	646.848,99
TOTAL	423.608,28	1.847.427,76	2.271.036,04

Parágrafo Terceiro - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entregas admitem prorrogação, desde que justificadas por escrito e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, mediante celebração de aditivo.

Parágrafo Quarto - As obrigações legais, tributos ou encargos criados, alterados, extintos, acrescidos ou reduzidos após a apresentação da Carta-Proposta da CONTRATADA que se reflitam, comprovadamente, nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.



GARANTIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE comprovante de garantia, em uma das modalidades previstas no edital, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro – A garantia deverá ser entregue, no prazo máximo de **15 (quinze) dias contados da data de assinatura deste contrato** no endereço: CESUP ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS (MG), situado na Rua da Bahia nº 2.500, 6º andar, Bairro Lourdes, Belo Horizonte (MG) – CEP 30160-012, ou outro local indicado pela área responsável pela Administração do Contrato.

Parágrafo Segundo – O pagamento das notas fiscais/faturas/recibos ficará condicionado à entrega da garantia, no prazo e local estipulados no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - Havendo majoração do preço contratado, fica a critério do CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a integralização da garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do novo preço. No caso de supressão, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação da CONTRATADA, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço contratado.

Parágrafo Quarto - A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o CONTRATANTE autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Quinto - Utilizada a garantia, a CONTRATADA obriga-se a integralizá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que for notificada formalmente pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto - O valor da garantia somente será liberado à CONTRATADA após 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo previsto na Cláusula Quinta deste Contrato ou por ocasião de sua rescisão, desde que não possua obrigação ou dívida inadimplida com o CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Sétimo - Caso ocorra dilação no prazo dos serviços e consequentemente na data prevista para assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da obra, a garantia deverá ter sua data de vencimento revalidada para a nova data contratual prevista.

Parágrafo Oitavo – Toda e qualquer garantia a ser apresentada responderá pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA eventualmente inadimplidas na vigência deste Contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo de vigência da garantia.

CLÁUSULA TERCEIRA DO ADITIVO - RATIFICAÇÃO

O contrato em referência fica ratificado em todas as suas CLÁUSULAS, termos e condições não expressamente alterados neste documento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível.


Fica resguardado ao CONTRATANTE o direito à revisão dos preços em decorrência da desoneração do INSS nos encargos sociais, disciplinada na Lei NR. 12.546/2011 e no Decreto 7.828/2012 (e pertinentes alterações posteriores), que possibilita a redução de custos previdenciários das empresas indicadas na referida legislação.



E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo:

São Paulo (SP), 21 de fevereiro de 2019.

**BANCO DO BRASIL S.A.
CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

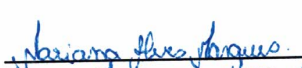

Vanderlei Camellonte
Gerente de Setor
CPF 034.198.258-03
RG. 11.330.614-3


SILVANA B. COELHO
Gerente Setor
CPF: 023.376.758-40
F9155.238.9-RG.11.156.270

RICARDO DINIZ ALMEIDA


FERNANDA ALVES GOMES GUERRA

TESTEMUNHAS


Nome: Mariana Alves Marques
CPF: 042.661.021-66


Nome: ROSELI MARTA PARRA SANTOS
CPF: 739.870.349-04



O **BANCO DO BRASIL S.A.**, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), CNPJ/MF Nº **00.000.000/0001-91**, ADIANTE DENOMINADO **CONTRATANTE**, NESTE ATO, REPRESENTADO PELOS ADMINISTRADORES DO CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES SP, CNPJ 00.000.000/5839-44, SITUADO NA AV. SÃO JOÃO, 32 - 14º ANDAR - CENTRO - SÃO PAULO (SP) - CEP 01036-900, **AO FINAL QUALIFICADOS**, E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA **RICARDO DINIZ ALMEIDA**, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº **02.270.280/0001-83**, SITUADA À SAA QUADRA 2 - LOTE 45 - SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO - ASA NORTE - BRASÍLIA (DF) - CEP 70.632-240, NESTE ATO REPRESENTADA PELA **SR. RICARDO DINIZ ALMEIDA**, PORTADOR DA CARTEIRA IDENTIDADE Nº. **1.382.909 (SSP/DF)**, INSCRITA NO CPF/MF Nº. **635.075.791-20**, SÓCIO DIRETOR, ADIANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, FIRMAM O PRESENTE **ADITIVO - Nº 02 - AO CONTRATO Nº 2018.7421.9357 DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA)**, DECORRENTE DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 2017/4109 (7421) - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018.7421.3281, REALIZADO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 13.303, DE 30.06.2016, E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL S.A. (WWW.BB.COM.BR) EM 03.07.2017, NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. A MINUTA PADRÃO FOI APROVADA PELO PARECER JURÍDICO Nº 25777, DE 14.11.2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – OBJETO

O presente aditivo tem por objeto:

- O **acréscimo** contratual previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA, Parágrafo Terceiro, no valor de R\$ 67.894,07 (sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sete centavos), equivalente a 4,18% (quatro inteiros e dezoito centésimos percentuais) do preço global inicial, em decorrência de serviços extras, com a consequente alteração do cronograma físico-financeiro e descritivo dos serviços;
- A **dilação** do prazo de execução dos serviços em 83 (oitenta e três) dias corridos, e consequente revisão no cronograma contratual;
- A **alteração** das CLAÚSULAS SEXTA (PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO) e SÉTIMA (PREÇO) do contrato, decorrente dos ajustes citados nas alíneas “a” e “b”.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO – ALTERAÇÕES

PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA - O prazo global para execução de todos os serviços é de **229 (duzentos e vinte e nove)** dias corridos a contar da data de início dos trabalhos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA executará todos os serviços convencionados dentro do prazo global fixado, obrigando-se a entregar, ao término desse prazo, ditos serviços inteiramente concluídos e com as licenças porventura exigidas pelas autoridades competentes.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados dentro do prazo de **01 (um)** dia corrido, a contar do dia imediatamente posterior à data da assinatura deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de contagem do prazo global, os serviços serão considerados concluídos na data do Recebimento Provisório previsto na Cláusula Quarta deste Contrato.



Parágrafo Quarto - A vigência deste contrato é de **319 (trezentos e dezenove)** dias, contados do início da prestação dos serviços.

PREÇO

CLÁUSULA SÉTIMA - O preço global para a execução dos serviços é de **R\$ 2.338.930,11 (dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta reais e onze centavos)**, dividido em **08 (oito)** parcelas, calculado o valor de cada uma delas na base de percentual sobre o preço global, conforme a seguir:

Nº PARCELA	PERCENTUAL	VALOR (R\$)	DATA-LIMITE PARA CONCLUSÃO DA ETAPA
01	20,83%	487.256,10	04/11/2018
02	20,83%	487.256,10	19/11/2018
03	13,90%	324.837,41	04/12/2018
04	6,94%	162.418,70	19/12/2018
05	3,47%	81.209,37	03/01/2019
06	3,47%	81.209,37	28/02/2019
07(extra)	27,66%	646.848,99	15/03/2019
08(extra)	2,90%	67.894,07	06/06/2019
TOTAL	100,00%	2.338.930,11	

Parágrafo Primeiro - Cada parcela do preço só será paga após satisfeitas as condições a ela correspondentes, constantes nos cronogramas físico-financeiro e descritivo.

Parágrafo Segundo - O valor total do material (e/ou equipamento) a ser utilizado no serviço corresponde a **R\$ 1.898.971,96 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos)**, conforme cronograma físico-financeiro e descritivo dos serviços, assim discriminados:

Nº PARCELA	VALOR MÃO DE OBRA (R\$)	VALOR MATERIAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	107.694,19	379.561,91	487.256,10
02	107.694,19	379.561,91	487.256,10
03	71.796,14	253.041,27	324.837,41
04	35.898,06	126.520,64	162.418,70
05	17.949,05	63.260,32	81.209,37
06	17.949,05	63.260,32	81.209,37
07extra)	64.627,60	582.221,39	646.848,99
08(extra)	16.349,87	51.544,20	67.894,07
TOTAL	439.958,15	1.898.971,96	2.338.930,11

Parágrafo Terceiro - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entregas admitem prorrogação, desde que justificadas por escrito e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, mediante celebração de aditivo.

Parágrafo Quarto - As obrigações legais, tributos ou encargos criados, alterados, extintos, acrescidos ou reduzidos após a apresentação da Carta-Proposta da CONTRATADA que se reflitam, comprovadamente, nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.



CLÁUSULA TERCEIRA DO ADITIVO - RATIFICAÇÃO


O contrato em referência fica ratificado em todas as suas CLÁUSULAS, termos e condições não expressamente alterados neste documento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível.

Fica resguardado ao CONTRATANTE o direito à revisão dos preços em decorrência da desoneração do INSS nos encargos sociais, disciplinada na Lei NR. 12.546/2011 e no Decreto 7.828/2012 (e pertinentes alterações posteriores), que possibilita a redução de custos previdenciários das empresas indicadas na referida legislação.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo:

São Paulo (SP), 17 de maio de 2019.

BANCO DO BRASIL S.A. CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES

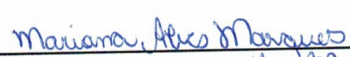

Vanderlei Camalione
Gerente de Setor
CPF 034.198.258-03
RG. 11.330.614-3

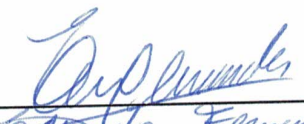

SILVANA B. COELHO
Gerente Setor
CPF: 023.376.758-40
F9155.238.9-RG.11.156.270

RICARDO DINIZ ALMEIDA


RICARDO DINIZ ALMEIDA
Sócio Diretor

TESTEMUNHAS


Nome: Mariana Alves Marques
CPF: 042.653.021-66


Nome: Antônio Fernando
CPF: 014.377.008-02





SECRETARIA DE GOVERNO
GOV. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE GOVERNO